

Anuário de Literatura

Volume 15

Número 02

O PERCURSO DO INTELLECTUAL:
DA ESFERA PÚBLICA À
ACADEMIA

Gizelle Kaminski Corso
Doutoranda em Literatura - UFSC

**THE INTELLECTUAL'S WAY:
FROM THE PUBLIC SPHERE TO ACADEMY**

Resumo: Neste texto abordo questões acerca da figura do intelectual e da sua trajetória da esfera pública à academia em um percurso panorâmico. Procuro, também, ensaiar uma imagem de sua situação hoje, como se dá sua intervenção e de que forma age e reage em comparação ao mito fundador do intelectual moderno, representado pelo autor Émile Zola. Para elaborar tal percurso, percorro conceituações de Antonio Gramsci, Maurice Blanchot, Jean-François Lyotard, Eric Hoffer, Eduardo Portella e Alfonso Sastre.

Palavras-chave: Vida intelectual; Crítica; Intelligentsia

Abstract: In this text are approached questions about the intellectual face and his/her trajectory from public sphere to academy in a panoramic way. It is looked for essaying an image of his/her situation nowadays, his/her intervention and in which way he/she acts and reacts in comparison to the founder myth of modern intellectual, represented by the author Émile Zola. To elaborate this way, concepts from Antonio Gramsci, Maurice Blanchot, Jean-François Lyotard, Eric Hoffer, Eduardo Portella and Alfonso Sastre are mentioned.

Keywords: Intellectual life; Criticism; Intelligentsia

Premissas

“*Je suis moi-même la matière de mon livre*”, afirmou Michel de Montaigne (1969, p. 39), em 1580, no prefácio de sua obra *Essais*. Permitindo transparecer o modo intimista e humano, ao dizer que escreveu para si mesmo, Montaigne não expõe uma doutrina, mas experiência, ensaio. Dessa forma, o ensaísta francês impõe a si mesmo a liberdade de falar livremente o que lhe diz respeito, buscando repassar o que lhe é útil para viver bem. O filósofo dos recônditos da consciência torna públicas suas idéias revelando o que é e o que somos, partindo de uma época de transição, confluência do fim da cultura medieval com a era moderna embrionária. Um livro com adjetivo de “boa-fé” para que amigos e parentes pudessem encontrar alguns traços de seu caráter e de seus pensamentos.

Os ensaios de Montaigne estão vinculados à idéia de confissão de riquezas, fragilidade, conteúdo próprio, fértil. Embora dispense o seu leitor ao dizer, “*ce n'est pas raison que tu emploies ton loisir en un sujet si frivole et si vain*” (Montaigne, 1969, p. 39), seria Montaigne um pretense “intelectual”¹ (sem propriamente o querer ser) ao tentar transformar a palavra em força bruta, palpável, mesmo que de forma aparentemente indesejável via “razão” da experiência? Às vésperas do Iluminismo, Montaigne busca análise crítica dos fatos e abandona a metafísica em detrimento da

psicologia. Considerava-se, Montaigne, à visão social e sensata da sociedade, um “intelectual”?

O que é o intelectual, um ser ilhado e isolado em seus pensamentos, coberto por uma auréola intocável? O que essa figura representa? Não é de hoje que o intelectual pretende ser ouvido, levado a sério; a atuar como força decisiva na história. Até o fim da Idade Média, o equivalente do intelectual tanto era o membro de uma elite dominante quanto o membro intimamente a ela ligado. Os literatos (magistrados, administradores, funcionários de toda espécie), no antigo Egito e na China Imperial, eram considerados uma camada privilegiada da população. No Egito, apesar de os poderes administrativos, religiosos e militares estarem concentrados nas mãos do Faraó, nobres, sacerdotes e escribas eram responsáveis, respectivamente, por administrar províncias; presidir cerimônias religiosas e administrar bens do templo; e cobrar impostos, organizar leis e fazer contagem em armazéns. Esses faziam parte do grupo dominante que incidia sobre o dominado, que era formado pelos artesãos, camponeses, soldados e escravos. Já na Índia, a casta superior dos Brâmanes era a casta dos instruídos, dos esclarecidos, e era seguida pelos Xatrias (guerreiros), Vaixas (camponeses e comerciantes) e Sudras (escravos). À margem dessa estrutura social havia os párias, sem casta ou intocáveis, hoje chamados de haridchans ou haryans. Embora o regime de castas tenha sido abolido oficialmente em 1950, por razões de ordem cultural e religiosa, ainda faz parte da vida dos indianos.

Diferentemente do sistema de castas neste país do continente asiático, na Grécia antiga, filósofos, dramaturgos, poetas, historiadores e artistas eram também soldados, marinheiros, legisladores, políticos e homens de negócios. No Império Romano, a aliança entre gregos intelectuais e homens de ação romanos era íntima, e

¹ Antes do século XIX os homens que tinham acesso às letras não eram vistos como *intelectuais*, mas como equivalentes ao que hoje conhecemos por intelectuais. O termo “intelectual”, do latim tardio *intellectuale*, tem sua origem histórica desconhecida. No entanto, há relatos de que, na Rússia czarista da segunda metade do século XIX, usou-se a palavra *intelligentsia* para indicar um grupo ou camada social específica que se diferenciava das demais pelo elevado grau de instrução e erudição. Tal termo ganhou força com Émile Zola e o *affaire Dreyfus*.

a dependência destes para com aqueles era extremamente aparente. O manancial grego em termos de arte, literatura e cultura sempre serviu de fonte para os latinos, os quais absorveram e se apropriaram desse legado, produzindo uma espécie imitação/cópia. A exemplo disso, podem ser citadas as composições dramáticas, espécie de “adaptações” de tragédias gregas. Para tornar menos rudimentar as diferenças entre gregos e romanos, é importante salientar que aqueles não eram muito afeitos às coisas práticas porque compreendiam que isso poderia tornar o corpo, a alma e o intelecto das pessoas livres inadequados para o exercício da virtude. Por isso, os trabalhos eram feitos por escravos gregos, havendo, assim, cisão entre intelecto e finalidade prática.

Empunhar a pluma

No século XV ocorreu uma mudança na posição daquele que seria o equivalente do “intelectual”. Com o surgimento da imprensa, aliado ao do papel, a educação fugiu ao controle rígido e restrito da Igreja, desvinculando-se a imagem do “homem das letras” de sacerdotes, padres, bispos. Isso significa dizer que o “conhecimento” não estava mais centralizado nas bibliotecas de Mosteiros, mas alcançou novos espaços de circulação entre a população, embora ainda muito incipiente.

No Ocidente moderno, o intelectual não se sentia membro de uma elite; era tratado como o primo pobre que tinha de colher as migalhas, e conseguia emprego no magistério, jornalismo ou ocupava algum cargo público, longe de pertencer ao

grupo dos homens de ação: latifundiários, soldados, comerciantes, homens de negócios.

A busca do intelectual por uma posição renomada e um papel de utilidade social tem sido constante desde o Renascimento, que campeou todas as rebeliões, desde a Reforma até os últimos movimentos nacionalistas ou socialistas. No entanto, não soube manter a posição de liderança nos movimentos e novos regimes para promovê-lo; tem sido afastado por homens de ação. Assim ocorreu nos movimentos nacionalistas em todo o Ocidente. Esses movimentos foram geralmente feitos por poetas, escritores, historiadores, cientistas e filósofos que esperavam encontrar na fonte coletiva do Estado nacional seu lugar adequado como expoentes da cultura, legisladores, estadistas, dignitários e homens de negócios.

Eric Hoffer, em *O intelectual e as massas*, atribui aos intelectuais uma fatia na formação e execução de políticas que eles devem ser chamados a expor e defender. Segundo Hoffer (1969, p. 23-4),

Os práticos e sólidos cidadãos que são hoje considerados pilares e guardiães do patriotismo, como regra, mantêm-se isolados dos movimentos nacionalistas em sua fase inicial, mas adiantam-se e assumem a liderança tão logo os movimentos se tornam concretos, e os Estados nacionais começam a consolidar-se. O intelectual é deixado lá fora, no frio. Não tem melhor posição no novo Estado do que no Estado dinástico. Tem-se a impressão de que o intelectual vem tentando contrabalançar essa usurpação retirando o seu patrocínio do nacionalismo dando-o ao socialismo.”

É no mundo comunista a esfera onde o intelectual ganha emancipação; sua independência é maior. No entanto, tratando-se de uma sociedade igualitária, não é

visto como um sujeito deslocado por excelência, ou como uma figura de “destaque”, mas como um cidadão “comum” da gigantesca *massa* única, que é o Comunismo. Ressalta Hoffer (1969, p. 43), “nos países em que o indivíduo comum tem bastante espaço, não há muito espaço para dignidade e a posição de um típico escritor, artista ou intelectual em geral”. E essa pode ser uma das razões para que o intelectual não se sinta à vontade numa sociedade livre, porque *tudo* é permitido, onde diferenças e desavenças praticamente desaparecem, ofuscando opiniões, ações e atitudes.

No século XX, o Marxismo começou como movimento para salvar as massas e os intelectuais da degradação e servidão de uma ordem social capitalista. Apesar da condenação da burguesia, acusada de desumanizar e escravizar as massas e de roubar ao intelectual sua elevada posição, com o advento da Guerra Fria, a atitude do intelectual tem sido fator de sobrevivência nacional, por as palavras contarem tanto quanto os atos.

Embora aparentemente rejeite a massa, existe dependência do intelectual em relação a ela pelo fluxo de veneração e homenagem que, naturalmente, só pode vir de uma multidão informe e iletrada, pois a alta cultura não pode sequer ser imaginada sem as massas. É condição necessária. Hoffer (1969) salienta que o intelectual, como paladino das massas, é bastante recente por a cultura não despertar a preocupação pelos ignorantes. Nas civilizações antigas mencionadas, é possível perceber que o equivalente do intelectual era aliado à elite governante, um membro de uma ordem privilegiada, indiferente às massas. Situação que, de lá para cá, pouco mudou.

O grande embate do intelectual está para o fato de o seu trabalho aparentemente não possuir uma finalidade prática, apesar de Antonio Gramsci (1891-1934), em obra publicada postumamente, *Os intelectuais e a formação da*

cultura, afirmar que “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de atividade intelectual criadora” e asseverar linhas adiante ao dizer que todos “os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (1989, p. 7). O conceito de intelectual para Gramsci é extremamente amplo nesse trecho e diz respeito ao pensamento, e não à essência do pensamento. Conhecido por ser um dos fundadores do partido comunista italiano, Gramsci compreendeu os intelectuais como um grupo social autônomo e independente, dividindo-o em intelectuais orgânicos, aqueles que provêm de sua classe social de origem e a ela mantêm-se vinculado ao atuar como porta-vozes da ideologia e interesse de classe (o empresário, o cientista da economia política) e os intelectuais tradicionais, aqueles que se vinculam a um determinado grupo social, instituição ou corporação e que expressam os interesses particulares compartilhados pelos seus membros. A diferença entre intelectuais e não-intelectuais está imediatamente ligada à função social da categoria profissional dos intelectuais: ou seja, força corporal ou força psíquica. Para Gramsci, não existem não-intelectuais, mas graus diversos de atividade específica intelectual, sendo impossível separar o *homo faber* do *homo sapiens*.

O aparecimento do senso prático está relacionado com a difusão da liberdade individual. O intelectual prefere lutar por ela em vez de tê-la. Mas a sociedade livre, uma ameaça para ele, não tem lhe oferecido uma posição superior para manter-se em confiança, muito menos para que adquirisse um senso de utilidade social incontestável. Sua principal arma é a argumentação aliada à escrita; essa é a forma de o intelectual atingir a elite e as massas. A escrita, como bem lembra Hoffer, desenvolveu-se no Oriente com propósito prático: facilitar a contabilidade nos armazéns e tesouros

públicos (inventários e estoques). Era um dos artesanatos ligados ao templo e à casa real, mas, desde o início, os homens que a efetuavam ficaram numa categoria à parte, pois não produziam nada tangível e de utilidade inquestionável. Diferentemente dos demais artesãos (tecelão, carpinteiro), o escriba não fazia parte da força laboriosa, não se incluía aos *handicraftsmen*, mas era visto como membro adjunto da administração, em outra categoria. A invenção da escrita deu lugar à classe dos instruídos.

O comerciante arruinou o monopólio do escriba sobre a cultura, introduzindo o alfabeto simplificado e a impressão e promovendo a educação popular. O escriba, por seu lado, esteve na vanguarda de todos os movimentos para separar o comerciante de sua riqueza. Nesse processo, tanto o conhecimento como as riquezas se espalharam entre camadas maiores da população. (HOFFER, 1969, p. 72)

Desdém do intelectual pelas coisas práticas e tendência antiprática demonstrada no desenvolvimento da arte da escrita - ferramenta mais forte de sua expressão, eis o porquê de o escriba estar, muitas vezes, mais interessado na complexidade e dificuldade da escrita para torná-la elemento de poucos privilegiados. As palavras podem mover multidões, pois os homens estão mais dispostos a lutar e morrer por uma palavra do que por qualquer outra causa; ressuscitam e matam; corrompem e curam; formam e deformam. Ser “de palavra” é ser justo, significa cumprir com aquilo que promete; é ser capaz de usar a voz como comprometimento de uma promessa verbal, dispensando a escrita. “Os ‘homens de palavras’ – padres, profetas, intelectuais – têm desempenhado papel mais decisivo na história do que líderes militares, estadistas e homens de empresa” (Hoffer, 1969, p.

126). Dessa perspectiva, é possível trazer à baila figuras históricas como o Jesuíta Padre Antônio Vieira, Antonio Vicente Mendes Maciel, vulgo Antonio Conselheiro – místico rebelde e líder espiritual do arraial de Canudos (1893-1897) e o Monge José Maria, da Guerra do Contestado (1912-1916), homens que, por intermédio da *parabolé*, da *parabola*, moveram uma legião de pessoas, as quais se tornaram seguidoras fiéis, incontestes, fanáticas, cujo único objetivo era obter a *salvação*.

Passando pelas bifurcações da história, a falta de senso prático não foi atribuída apenas aos intelectuais. Muitas vezes, o engenho não encontrava aplicação nos assuntos práticos, mas desviava-se para a fantasia, a magia e o divertimento. Os trabalhos dos engenheiros (invenções mecânicas, por exemplo), eram vistos como brinquedos que intuía ao entretenimento, e não ao senso prático. Mas o engenheiro foi, conquistou sua posição de sujeito prático, engenhoso, *útil* para a sociedade, e o intelectual, ficou no *mesmo* patamar; ou melhor, na sua torre de marfim?

Armar-se de pensamentos

Jean-François Lyotard, em texto publicado na década de 80, “La tumba del intelectual” (1999), discute o valor e a sobrevivência do intelectual no mundo moderno. Quem é esse intelectual moderno? Escritores e artistas que estão em busca de uma tumba que existe no vazio? Uma tumba para um descanso jamais confirmado? Diz Lyotard (1999, p. 81),

Los “intelectuales” son más bien, me parece, espíritus que, poniéndose en el lugar del hombre, de la humanidad, de la nación, del pueblo, del proletariado, de la criatura o

de alguna entidad de este tipo, es decir, identificándose con un sujeto dotado de un valor universal, describen, analizan desde este punto de vista una situación o una condición y prescriben lo que hay que hacer para que este sujeto se realice o, al menos, para que su realización progrese.

Lyotard reconhece no intelectual a figura de um espírito que se coloca no lugar do homem e, por isso, intenta uma invisibilidade para analisar e escrever (sobre) determinadas situações, condições, com considerável distanciamento. Além disso, o intelectual angaria para si, como afirma o ensaísta francês, a pretensão de um sujeito universal, capaz de ordenar diferentes responsabilidades, umas com relação às outras, em um sistema; uma finalidade comum. Mas seria a universalidade a característica una a todos os intelectuais? Abranger quase por inteiro um campo de conhecimentos, aptidões é tornar-se um sujeito dotado de valor universal, capaz de pôr-se a serviço dos homens, da nação? E é a *intelligentsia* que deve assumir responsabilidades administrativas, econômicas, sociais, culturais? É tarefa do intelectual abrir “*el debate sobre la ‘mutación’ que Francia necesita para reparar su ‘retraso’ en materia económica y social*” (Lyotard, 1999, p. 81), como convoca o *vocero* do governo socialista Max Gallo? Um chamado que insere intelectuais, projetistas, *experts*, em um mesmo ambiente para discutirem responsabilidades administrativas, econômicas, sociais, culturais... Confusão de responsabilidades e “inteligências”? Lyotard não deixa de citar que o advento das novas técnicas modificou a natureza das responsabilidades intermediárias e superiores, abrindo espaço para sujeitos formados em ciências exatas, tecnologias de ponta e ciências humanas. Abre-se a chancela aos sujeitos afeitos às melhores performances, às múltiplas responsabilidades. Cerra-se, consideravelmente, o espaço ocupado pela

palavra ao pé do ouvido pronunciada pelos Conselheiros do Rei, e liberta-se o indivíduo aparentemente eficaz, que faz, satisfaz. Se um intelectual (escritor, artista, sábio, filósofo, no entendimento de Lyotard), aceita uma responsabilidade de assumir algum cargo público, deve ser o máximo performativo, algo de natureza diversa que não a tarefa de criação. Ser artista, escritor, filósofo, é lançar uma mensagem no deserto: por que escrever? Com que finalidade? Para quem? Alfonso Sastre responde: “*Siempre he escrito sin saber para quién, suponiendo la posibilidad de que alguien llegara a leer lo que yo escribía. El silencio me ha acompañado siempre y no por eso yo he dejado de escribir*” (2005, p. 38). Escrever para a intelectualidade, de intelectuais para intelectuais, já que a massa não consegue apreciar – e talvez devesse ser educada para decifrar o indecifrável, que é o elemento artístico. O artista, afirma Lyotard, não sabe quem é o seu público, e discrimina seus juízes, já que questiona os critérios utilizados para julgar suas obras. As artes, a literatura, a música erudita, por exemplo, não tornam o ser humano melhor ou mais útil, e tampouco possuem o propósito de educar e de formar cidadãos. A respeito disso, pensando na proposta de um Cânone Ocidental, o professor norteamericano Harold Bloom afirma:

A verdadeira utilidade de Shakespeare ou Cervantes, de Homero ou Dante, de Chaucer ou Rabelais, é aumentar nosso próprio eu crescente. Ler a fundo o Cânone não nos fará uma pessoa melhor ou pior, um cidadão mais útil ou nocivo. O diálogo da mente consigo não é basicamente uma realidade social. Tudo o que o Cânone Ocidental pode nos trazer é o uso correto de nossa solidão, essa solidão cuja forma final é nosso confronto com nossa mortalidade. (BLOOM, 2001, p. 36-7)

Sabe-se que o cânone pode funcionar como uma espécie de orientação de leitura, de algo que vale a pena ser lido, mas sem ele, acrescenta Bloom, as pessoas deixam de pensar, de ser matéria de seus próprios livros, para lembrar Montaigne. Ler obras canônicas exige dedicação, tempo, concentração, motivos que afastam os sujeitos meramente pragmáticos, os quais não possuem sensibilidade suficiente para compreender “o uso correto” de uma solidão. Em instituições superiores, os cursos mais concorridos são os que pretendem formar profissionais mais performativos (mais ativos, práticos) e não sujeitos mais ilustrados, cultos, eruditos; que passem a ver o mundo mais criticamente.

Volto a questionar: quem é o intelectual? Se alguém escreve um livro, esse alguém é um escritor, então, ele é também um intelectual? Se alguém pinta um quadro, esse alguém é um pintor, então, ele é também um intelectual? Ser artista, escritor, não significa, necessariamente, ser um sujeito universal, um intelectual. Sua responsabilidade é indissociável da idéia de um sujeito universal.

solo es posible ser un “intelectual” sin deshonra si no son compartidas las sinrazones, si las víctimas son víctimas y los verdugos imperdonables, si en el mundo de los nombres que forman nuestra historia, por lo menos algunos se destacan como de ideas puras, sin tacha (como Federico II para Kant). (LYOTARD, 1999, p. 83)

Se alguns intelectuais se destacam por suas idéias puras, é em *La batalla de los intelectuales* (2005), que Alfonso Sastre reitera a função que os intelectuais cumprem na sociedade: são profissionais da opinião; criadores de opinião. Exploram a realidade por meio da inteligência e da experiência para isso organizada. Em

contraposição, insere artistas, músicos, pintores, escritores na condição de profissionais da sensibilidade. Os primeiros com inteligência; os segundos, imaginação. É notável que Sastre não reduz a apenas essa categorização, e compreende que intelectuais e artistas mantiveram, diante do poder político ao longo da história, comportamentos de toda índole.

Na companhia dessa obra de Sastre, *Todo Caliban* (2005), de Roberto Fernández Retamar, constitui fonte valiosíssima de reflexões, hipóteses e interpretações sobre a crise dos intelectuais. Fundador da União de Escritores e Artistas Cubanos, da Revista Casa de las Américas (que dirigiu por vários anos), presidindo a instituição em 1986, e do Centro de Estudos Martianos, Retamar repensa as relações entre poesia e política, e crítica literária e política. Questionando a obra de Rodó, *Ariel*, o discípulo assumido de José Martí apresenta uma nova simbologia para a cultura da América Latina: nós não somos Ariel, somos Caliban, educados e treinados por Próspero, o colonizador. Para Retamar (2005, p. 19), colocar em dúvida nossa cultura é colocar em dúvida “*nuestra propia existencia, nuestra realidad humana misma, y por tanto estar dispuestos a tomar partido en favor de nuestra irremediable condición colonial, ya que se sospecha que no seríamos sino eco desfigurado de lo que sucede en otra parte*”.

Os intelectuais sempre foram “*una piedra de escándalo*” (Sastre, 2005, p. 48), nas palavras do dramaturgo espanhol, especialmente, por seu ofício ser difícil de ser definido. Nosso posto na sociedade equivale ao que os sociólogos chamam de “setor de serviços”, pessoas “*ajenas al mundo de la producción, de la industria y de la agricultura; al mundo de los constructores de automóviles y los productores de naranjas o de berenjenas*” (Sastre, 2005, p. 48). “Alheio” ao mundo da produção, o intelectual reflete sobre o sentido das ações, fala e se cala; não é um especialista da

inteligência. Não é mais a idéia universal, do século das luzes, como afirmou Lyotard, mas a voz observante, refugiada na posição de observador próximo e distante, como exposto por Maurice Blanchot em *Intelectuales en cuestión* (1999).

No es el poeta ni El escritor, no es el filosofo ni el historiador, no es el pintor ni el escultor, no es el sabio ni el professor. Parece que no es posible serlo todo el tiempo ni por completo. Es una parte de nosotros mismos que no sólo nos aleja momentáneamente de nuestra tarea sino que nos lleva hacia los hechos del mundo para juzgar y apreciar lo que allí se hace. Dicho de otra manera, el intelectual está tan cerca de la acción en general y del poder, que no se pone a actuar ni ejerce el poder político. (BLANCHOT, 1999, p. 86)

Desde que levam esse nome, os intelectuais não fizeram outra coisa que deixar de ser o que eram (escritor, sábio, artista) para responder a exigências morais, obscuras e imperiosas porque eram de justiça e liberdade. “*Palabras vagas, afirmaciones poderosas e indeterminadas*” (Blanchot, 1999, p. 94-5), algo que talvez esteja representado no desabafo do escritor José Saramago, na seção de Frases de um jornal da capital catarinense, datado de 25 de janeiro de 2009: “No fundo o que Obama veio dizer é que outro mundo é possível. Muitos de nós já o vinham dizendo há muito tempo.” Saramago atenta para a invisibilidade do intelectual em detrimento do que o primeiro presidente negro da nação mais poderosa do passado (e agora em colapso) pretende fazer. Ou seja: Obama não está pronunciando novidade alguma; a diferença é que ele não é visto como um intelectual, mas como o salvador do mundo; o *man* que veio para governar *the wonderful world*. E Hoffer, na esteira dos americanos saudosistas e implacáveis já havia afirmado que “A América do

Norte tem governado sua complexa economia e sua máquina administrativa, e tem satisfeito a maioria de suas necessidades culturais, sem o auxílio do intelectual típico” (1969, p. 24). Intelectual típico?

Bombardear palavras

O intelectual típico pode ser compreendido como aquele sujeito que se ocupa de casos e situações cuja *gravidade* atinge o nível máximo, a exemplo do *affair* Dreyfus – a condenação do oficial judeu Alfred Dreyfus suspeito de espionagem e julgado por traição à pátria –, manifesto de diversos intelectuais no mundo, como Émile Zola e Rui Barbosa. Segundo Heidrun Krieger Olinto (2006), a presença do intelectual literário na esfera pública é sinalizada com a polêmica carta de Émile Zola, *J'accuse*, ao presidente da República, Félix Faure, e situa o escritor como figura pública e observadora de segunda ordem. É o momento em que o intelectual de esquerda entra a favor de causas justas contra a tirania do poder do Estado: o poder da palavra autorizada com valor de audiência. Hector Tizón, “Acerca del rol social de los escritores”, compreende que “*un escritor no es un soldado, ni un bufón, ni un consejero domesticado*” (2008, p. 107), sua tarefa é a de refletir sobre a vida, não de mudá-la, mas como fazer isso se sua obra é uma grande metáfora do mundo e da vida? Nesse sentido, é que o discurso literário pode vir a ser ignorado pelo poder, pois jamais a literatura se salva por seu conteúdo político. Discurso político se converte em má literatura. Além disso, continua Tizón, afirmando que o escritor não trabalha com pessoas, multidões, como políticos, por exemplo; trabalha com fantasmas, leitores ideais, e assevera que, “*no pocas veces un*

escritor, llevado con entera buena fe a abrazar una causa política, aceptó ponerse al servicio del poder; y en ese caso, sin excepciones, la obra ha sido bastardeada y la literatura resultó perdedora” (Tizón, 2008, p. 107). Prossegue linhas adiante: “*El fin, la finalidad, la ilusión de la literatura, no es explicar nada, sino hacernos mejores, más dignos comoviendo*” (Tizón, 2008, p. 108). Diferentemente da literatura, a ciência não comove, explica, tem aparentemente utilidade prática.

Em 1897 Émile Zola publica o primeiro artigo sobre o caso Dreyfus. Em 1898, o jornal *L'aurore* estampa, em primeira página o famoso *J'accuse*, que o condenaria a um ano de prisão e multa de 3000 francos. Além da ficção, Zola tinha por hábito colaborar com a imprensa, o que o caracterizava um membro de destaque e uma importante figura nos debates de questões da sociedade. Eis o porquê de se situar pertinente seu caráter de intervenção no caso Dreyfus, autor central para a compreensão do século XX e do caminho que a literatura e a arte seguiram.

Apesar de membro influente na sociedade, a participação de Zola no caso nunca foi totalmente aceita pela sociedade francesa. Questionou a noção de verdade indiscutível pleiteada na França em defesa de um judeu, inflamando a ideia de que “a espantosa recusa de justiça torna a França um lugar doente” (Zola, 2007, p. 39). Desafio ao poder, às autoridades, ao Conselho de Guerra, à esfera da justiça? Sua ironia é patente, perceptível neste trecho, ao concordar que qualquer ato do Capitão Dreyfus poderia ser motivo de crime e condenação: “Dreyfus domina vários idiomas: crime; não há um papel sequer em sua casa que o comprometa: crime; de vez em quando ele retorna à sua pátria: crime; trabalha muito, tem o cuidado de se informar sobre tudo: crime; não perde a calma: crime; perde a calma: crime” (Zola, 2007, p. 40). E, em outro trecho, Zola impõe sua postura de intelectual/escritor a serviço da denúncia, da falta de justiça que havia na França.

Aqui está, portanto, senhor Presidente, os fatos que explicam como um erro judiciário pôde ser cometido; e as provas morais, a situação do destino de Dreyfus, a ausência, exigem que eu o apresente como uma vítima da extraordinária imaginação do comandante do Paty de Clam, do meio clerical em que ele está, da perseguição aos “judeus sujos”, que desonra nossa época. (ZOLA, 2007, p. 41)

Um caso que movimentou intelectuais de todo o mundo, dentre eles, o brasileiro Rui Barbosa, que tomou Dreyfus como um sinal dos novos tempos, início das paixões intolerantes; um serviço à justiça pacificadora. E ser pacificador é uma das sete facetas do *buen intelectual* – “la gente bienpensante” sempre situada na direita –, apresentadas por Alfonso Sastre em “Los intelectuales y la práctica” (2003). Ademais de pacifista, o *buen intelectual* é um ser humano politicamente correto (motivo de risos e chacotas de intelectuais de esquerda de outros tempos por aceitar o mundo como é) e está contra a violência. Seu ofício não consiste em condenar o Terror no Poder, mas analisar via imaginado as condições que dão lugar aos horrores da guilhotina. Além disso, é considerado o cidadão do mundo, o democrata que prefere a injustiça à desordem. De antemão, Zola e Barbosa destoam de tais qualificações buscando pela justiça e ordem, por espaços de movimentação que questionam a unidade. Sastre reivindica para si uma posição “não bempensante” (*bienpensante* - equivale dizer, *derechización* dos intelectuais, pacificistas em umas guerras e não em outras). Seu modo de pensar bem é “pensar mal”.

É possível ser intelectual por uma causa determinada? Quais são os prováveis espaços de movimentação do intelectual contemporâneo em contraste com os precursores clássicos atuantes como mediadores no sistema literário?

Émile Zola consagra-se como o mito fundador do intelectual moderno que intenta exercer influência sobre a opinião pública. Mas existe opinião pública? Quem dá atenção para o intelectual a não ser, muitas vezes, outros intelectuais em desafio de ideias previamente apresentadas? Quem o escuta? A quem fala o intelectual?

O lugar do intelectual é impossível sem um espaço fixo na sociedade muito próximo do poder e, por conta disso, precisa amparar-se na mídia para que sua palavra e suas ideias tenham certa “credibilidade” e visibilidade. O intelectual é o crítico que percebeu que tomar o poder e tomar a consciência constituem-se em operações análogas. Sua figura é compreendida como a de um trabalhador mental, que procura deixar clara a sua veracidade pública, a verdade em detrimento da mentira. Eduardo Portella, em *O intelectual e o poder* (1983), não pretende fazer um raio-x sobre pessoas, indagar desempenhos: relações interpessoais ou intergrupais. Para ele, o “intelectual e o poder se desencontram, em grande parte por causa da incomunicabilidade que se instala entre ambos quando, cada qual à sua maneira, se extraviam da sociedade” (Portella, 1983, p. 62). Isso devido ao fato de que o intelectual costuma ser impugnado como o protagonista de um infatigável, embora fantasioso, complô contra as instituições vigentes, jamais visto como um aperfeiçoador. Ministro da Educação e Cultura no Governo de João Figueiredo de 1979 a 1980, Portella atenta para essa figura inserida nos quadros do capitalismo e questiona-se: uma peça de museu reverenciada ou um agente de renovação social? Onde estaria situado esse intelectual?

Filho pródigo do saber isolado, o intelectual é também o erudito, hoje uma espécie de colecionador inerte, ansiosamente cumulativo, deslumbrado com o acervo reunido. Sobrevivência moribunda da velha aristocracia

cultural, o erudito não sabe distinguir o seu *ghetto* individual do mundo vivido. O seu gesto pretensamente comunitário consiste numa espécie paradoxal de narcisismo: o erudito que escreve para si – escreve para se exibir, para se eximir. Recorre evidentemente a práticas em desuso, que o mantém sempre intransitável. A inflação de citações constitui o seu mais amado troféu de guerra. É verdade que de uma guerra que não houve no bom estilo nacional – à maneira de Itararé. (PORTELLA, 1983, p. 82)

Sua tarefa é a de distinguir, desembaralhar, pensar a diferença, mas se apresenta menos pelo que pode e mais pelo que quer, fato que é denunciado por Sastre em obra já citada acima: a falta de compromisso de alguns intelectuais da atualidade. Sua aquiescência gelatinosa é, muitas vezes, suplantada pelos meios de comunicação, um sistema de genocídio informativo que peneira as informações *necessárias* à massa. Nesse sentido, eis o porquê de o intelectual usar meios alternativos para não ser reduzido ao silêncio instaurado pelo Poder e apresentar suas contestações. O poder dos *mass media* reestrutura formas do saber e remaneja o lugar do intelectual, cabendo-lhe a tarefa de colocar o seu vigor crítico. Os circuitos por onde circulam a imagem e o saber são estruturas de poder. O intelectual não pode ignorar o que acontece, nem se refugiar na cômoda posição de observador distante e crítico moderado; necessita da mistura societária, pois sua ação “constitui uma prática inevitavelmente política, sem que se resuma num ato necessariamente partidarista ou parlamentar” (Portella, 1983, p. 20).

Quem pertence ao poder, nas observações de Portella, não é o intelectual, mas o tecnocrata, embora subserviente. Este jamais opõe qualquer reparo às decisões do estamento dirigente; limita-se a cumpri-las, maquinalmente. Sua projeção internacional chama-se perito ou experto; dono do saber prático. O modelo

tecnocrático está fabricando um tipo peculiar de intelectual orgânico, membro ativo, alinhado e prestimoso, da classe a que pertence ou ascendeu. Um intelectual hipotecado por inteiro. Afirmo Portella que “com a dissolução do intelectual [...], se estará consumando pernicioso usurpação: a usurpação da *liberdade de pensar para*” (Portella, 1983, p. 21). Produção intelectual estigmatizada como o *ghetto* da contestação.

Quais são as razões da desvalorização da figura do intelectual? “Intelectual, nombre de mala fama, fácil de caricaturizar y siempre listo para ser usado como injuria” (Blanchot, 1999, p. 85). Quem são os intelectuais e quem merece ser, se a Roliudi do Jardim Botânico², segundo Gilberto Felisberto Vasconcelos (1997), pinta e borda de acordo com seus anseios; reestrutura as formas de transmitir seus conteúdos e desloca o intelectual para onde quer?

A respeito de utilizar os créditos da informação, Santiago Alba Rico (2005) afirma que há quatro formas: uso privado em favor de interesses particulares (empresários, financeiros, ladrões de colarinho branco); uso privado em favor de interesses públicos (científicos e poetas); uso público em favor de interesses privados (governantes e políticos); uso público em favor de interesses públicos (intelectuais). Para impressionar seu telespectador, a Rede Roberto Marinho enche as telas de intelectualismo – desvio decorativo da cultura, a face predatória e exibicionista de um pseudo trabalhador intelectual –, e desloca a figura dos homens de letras pelos diversos tipos de neojornalismo. Vende ideais (não ideias) e imagens, impõe e briga pela formalização da profissão do Jornalista (espécie de intelectual que escreve e que está mais inserido nas estruturas de decisão como produtor diário

da opinião pública) para que, como seus disseminadores, continuem a produzir e instaurar a opinião global na camada neutra: a massa. E o intelectual?

Abrigar-se na trincheira

Grande parte deles (dos intelectuais) retirou-se da esfera pública e refugiou-se no recinto protegido da academia, onde encontrou um espaço para produzir e multiplicar complexidades. Alguns vivem em situação de autismo hoje, outros se fortalecem na vida intelectual da academia que inclui livros, artigos, periódicos, conferências, discussões públicas, ensino universitário; obviamente sujeita ao mercado e questões políticas. Esses intelectuais encontram espaço em publicações especializadas, o que possibilita a criação de sociedades insulares. A “disseminação” dos seus *saberes* dá-se por intermédio de conferências, seminários, colóquios, encontros que, muitas vezes – ou melhor, a maioria deles –, são um universo à parte onde professores, alunos, pesquisadores se reúnem, não propriamente para discutir, compartilhar ideias, inquietações, mas para demonstrarem mundos próprios, melhor dizendo, são encontros de grandes desencontros de subjetividades: verdadeiras Torres de Babel. É o que demonstra Russell Jacoby em *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia* (1990), onde apresenta sua preocupação com intelectuais públicos, escritores e pensadores que se dirigem a uma audiência educada e não especializada. Jacoby expõe seus pontos de vista partindo do cenário intelectual norte-americano, alertando para o fato de que o academicismo atingiu a geração após 1940, o que possibilitou chegar ao final da década de 50 percebendo que intelectuais e professores se tornaram sinônimos. Parte do princípio de que, com

² Rede Globo de Televisão.

o crescimento das cidades, a urbanização, criação de vias expressas, lojas de conveniências, shoppings com estacionamento, supermercados, os boêmios, pretensos intelectuais do passado, foram afastados da cena intelectual. Apesar de sempre terem se colocado à margem da sociedade convencional, os boêmios foram os intelectuais antes da era das enormes universidades. Freqüentadores assíduos da vida noturna, tinham uma vida marcada pela pobreza, liberdade e ódio à burguesia, uma vida que poderia conduzir, segundo Jacoby (1990, p. 39), “tanto à Academia das Artes, quanto ao hospital ou ao necrotério”. As boemias viveram das cidades e seu desaparecimento está ligado à expansão dos subúrbios. Um movimento que contribuiu com a decadência da boemia no Brasil foi o famoso “bota-abaixo”, episódio narrado por Brito Brocca, em *A vida literária no Brasil* (2005). Os primeiros anos de 1900 foram de completa euforia; com a desarticulação dos focos monárquicos e a extinção do florianismo e o “abafamento” da revolta de Canudos, o país se encontrava em calma e prosperidade – era a fase em que Oswaldo Cruz tentava extinguir a febre amarela e o prefeito Pereira Passos tornava-se o barão Haussmann do Rio de Janeiro, modernizando a cidade colonial, com a finalidade de dar ao Rio uma aparência parisiense. O “bota-abaixo” colocou “abaixo” toda a calma e prosperidade do primeiro decênio da República. Os serviços de remodelação e de “botar-abaixo” as velhas construções, para porventura serem substituídas por palácios, prosseguiram a passos largos. Assim, o caos estava instaurado. Com o “bota-abaixo”, a Avenida Central passou a ser percorrida em 7 de setembro de 1904 com um bonde sobre trilhos improvisados. A transformação causada pela urbanização refletiu-se na paisagem social e no quadro de nossa vida literária.

Para criar um quadro social à cidade, Pereira Passos incentivou espetáculos mundanos (batalhas de flores no Campo de Santana), a exemplo do que se fazia nas

cidades européias. A febre de mundanismo refletiu-se nas relações literárias. As principais figuras da chamada geração boêmia de 1889, por volta de 1900, já haviam se aburguesado: Aluizio de Azevedo, Coelho Neto, Olavo Bilac. O desenvolvimento e a remodelação da cidade e a fundação da Academia Brasileira de Letras (1896) contribuíram para a decadência da boêmia. Na Avenida Central, os boêmios não encontravam o prestígio que os cercava nos limites da Rua do Ouvidor. Antes intelectuais como críticos e boêmios, agora como uma classe sociológica.

O público mudou e continuou mudando; não há a quem se dirigir e Jacoby volta a clamar: faltam intelectuais mais jovens. Cita uma série de escritores intelectuais norte-americanos, atendo-se a biografias, pois sua preocupação está ligada à repartição dos intelectuais americanos por décadas até chegar à conclusão de que houve desaparecimento deles em determinados períodos. Jacoby também lastima o buraco surgido nos anos 60 com relação à intelectualidade norte-americana, ou seja, os intelectuais dos anos 60 não eram americanos: Sartre, Camus, Fanon, Marcuse, Deutscher, Reich (exaltaram o protesto, a revolução e a moralidade que rompiam nitidamente com o liberalismo americano). À medida que a paisagem ia mudando nos anos 60, as universidades passaram a substituir ou suplementar as fábricas como locais do capitalismo.

No Brasil, a situação não seria diferente e a figura do intelectual passaria também a ter uma função marcadamente institucionalizada. Segundo Bernardo Sorj, em *A construção intelectual do Brasil contemporâneo* (2001), com a criação da Universidade de São Paulo – USP³, em 1934, por Arnaldo Salles Oliveira, concretizou-se o ideal de um grupo de intelectuais paulistas ao redor de Júlio de

³ É imprescindível citar que, no Rio de Janeiro, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, atual UFRJ, a figura do intelectual institucionalizado também somaria forças no cenário brasileiro.

Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Paulo Duarte. São Paulo, na condição de uma cidade burguesa, via USP, abraçaria a “tarefa” de fomentar as discussões da intelectualidade brasileira institucionalizada que surgia. E, a exemplo das angústias de Jacoby, como muitos dos professores que aqui estavam eram, em sua maioria, franceses, a tendência desses intelectuais foi a de uma formação notadamente europeia: “ideias fora do lugar”?

Assim, o ambiente acadêmico tornar-se-ia o espaço para as discussões desse “novo” emblema de intelectuais. Não mais boêmios, frequentadores da vida noturna, mas intelectuais “equilibrados” que, com o passar do tempo, contentar-se-iam em discursar para um público restrito, formado em sua maioria por alunos e colegas professores.

A última fortaleza

Esse “novo” emblema de intelectuais é formado principalmente por professores e suas preocupações restringem-se a exigências da carreira universitária, o que envolve publicações em revistas especializadas, títulos, orientações. Para tanto, é preciso passar por uma série de provas, disciplinas, bancas. Tornou-se impossível sobreviver vendendo resenhas de livros e artigos e à medida que se tornaram acadêmicos, como afirma Jacoby (1990, p. 20), “os intelectuais não tinham necessidade de escrever de modo compreensível a um público leigo; não o fizeram, e acabaram perdendo a capacidade de fazê-lo”.

Assim, as universidades tornaram-se o refúgio para algumas situações de apadrinhamento, decisões de comissões, sociabilidade, insensibilidade. Os

intelectuais passaram a viver “menos como escritores ou poetas independentes e mais como grupos profissionais, grupos de interesses e, talvez, como classes” (Jacoby, 1990, p. 120).

A instituição a que o indivíduo está filiado faz diferença e seu horizonte intelectual muitas vezes está confinado aos limites das percepções triviais e preconceitos de alguns orientadores conservadores. Além disso,

Os campi são seus lares: os colegas, sua audiência; as monografias e os periódicos especializados, seu meio de comunicação. Ao contrário dos intelectuais do passado, eles se situam dentro de especialidades e disciplinas – por uma boa razão. Seus empregos, carreiras e salários dependem da avaliação de especialistas, e esta dependência afeta as questões levantadas e a linguagem empregada. (JACOBY, 1990, p. 19)

As afirmações de Jacoby instigam questionamentos: onde estão os intelectuais atualmente? Apenas nas Universidades? Não há apenas intelectuais na academia e de academia (é preciso ver sutil diferença nisso; sem generalizações), mas espalhados pelas mais diversas esferas. Eles podem estar inseridos em Fóruns, como é o caso do Fórum Econômico Mundial, que reúne, há mais de trinta anos, políticos, economistas, intelectuais, executivos e representantes sociais na cidade suíça de Davos, para discutir diversos temas, como a atual crise econômica mundial, energia, pobreza, comércio livre e mudança climática. Enquanto líderes mundiais se reúnem todos os anos em Davos, a manifestação da esquerda acontece no Fórum Social Mundial, definido como um espaço de debate democrático de idéias, formulação de propostas e articulação de movimentos sociais que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de

imperialismo. A primeira edição do evento, em janeiro de 2001, em Porto Alegre, praticamente coincidiu com o início do mandato presidente de George W. Bush, que desde então foi alvo constante para manifestações antiamericanas nos Fóruns Sociais Mundiais. Mas, com a posse de Barack Obama como presidente dos EUA, o nível de antiamericanismo entre os participantes passou a ser considerado notavelmente menor. Muitos ativistas acreditam que as políticas de Obama são as mesmas, talvez com alguma maquiagem. O Fórum Social Mundial “cresceu” com a intenção de se desvincular do encontro europeu estampando sua marca própria. Porém, se o intelectual de esquerda, como afirma Sastre, está disposto a escrever um manifesto contra silêncio dos cordeiros e está em busca de uma sociedade sem classes, seria este Fórum um clamor ao pensamento único? Completa Sastre (2005, p. 65), afirmando que a “lengua única, el pensamiento unico, son homenajes al esperanto y a la cocacola, a la planitud – al encefalograma plano – propia de la idiotez”. Reflexos de mundialização às avessas? Ressaltar a diferença, o quilombola, o índio, o africano, para, no fundo, buscar pela igualdade, uniformidade, o *sempre coca-cola*?

A fase de crise financeira internacional ofereceu a oportunidade de os participantes de ambos os fóruns pensarem em soluções para o período, mas que esperar dessas reuniões? O que esperar dos intelectuais e dos intelectuais brasileiros? Concordar com a imposição arrogante do personagem Pimenta Bueno da obra *Contra o Brasil*, do colunista da Revista Veja, Diogo Mainardi, ao dizer que o “Brasil é um terreno estéril! Aqui não brotam idéias! O Brasil murcha a imaginação, resseca o estímulo intelectual, definha o raciocínio! O país inteiro vale menos do que o Estudo número 3, opus 10, de Chopin!” (1998, p. 13). Corroborar à

intelectualidade brasileira a idéia da dependência e ficar na embolorada história de que *somos, ainda hoje, uns desterrados em nossa terra?*

Esperar que o intelectual separe “*la inteligencia de la paranoia que ha creado la ‘modernidad’*”? (Lyotard, 1999, p. 83). Esperar do intelectual alternativas de análises que busquem esclarecer inconsistências, que tenham relevância social e coletiva? Esperar que a *solução* venha da palavra e do pensamento?

Trabalhador do pensamento, empunhando firme sua pluma, o intelectual engajado segue para a batalha das ideias com o seu exército, formado por um homem só. Como um cavaleiro inexistente, combate bravamente e depois desaparece na penumbra.

REFERÊNCIAS

- BLANCHOT, Maurice. Os intelectuais em questão. Trad. Florencia Podestá. In: *Pensamiento de los confines*. n.6, primer semestre, 1999.
- BROTA, BRITO. *A Vida Literária no Brasil 1900*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005. Cap. I-V.
- BLOOM, Harold. *O Cânone Ocidental: os livros e a escola do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HOFFER, Eric. *O intelectual e as massas*. Trad. Sylvia Jatobá. Rio de Janeiro, Lidador: 1969.
- JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na Era da academia*. São Paulo: Trajetoria Cultural: EDUSP, 1990.

- LYOTARD, Jean-François. La tumba del intelectual. Trad. Cynthia Daiban. In: *Pensamiento de los confines*. n.6, primer semestre, 1999.
- MAINARDI, Diogo. *Contra o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MONTAIGNE, Michel de. *Essais*: livre I. Paris: Flammarion, 1969.
- OLINTO, Heidrun Krieger. Marcas de (auto)biografia historiográfica. In: MOREIRA, Maria Eunice; CAIRO, Luiz Roberto Velloso (Orgs.). *Questões de crítica e historiografia literária*. Nova Prova: Porto Alegre, 2006. p. 135-45.
- PORTELLA, Eduardo. *O intelectual e o poder*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- RETAMAR, Roberto Fernández. *Todo Caliban*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.
- RICO, Santiago Alba. Los intelectuales y la apatía. In: SASTRE, Alfonso. *La Batalla de los intelectuales: o nuevo discurso de las armas y las letras*. 1.ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- SASTRE, Alfonso. *La Batalla de los intelectuales: o nuevo discurso de las armas y las letras*. 1.ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.
- SASTRE, Alfonso. *Los intelectuales y la práctica*. Casa de las Américas, 231, abril/junio, 2003. p. 34-41.
- TIZÓN, Héctor. *Acerca del rol social de los escritores*. Casa de las Américas, 251, abril, 2008. p. 107-9.
- VASCONCELOS. Gilberto Felisberto. *O príncipe da moeda*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.
- ZOLA, Émile; BARBOSA, Rui. *Eu acuso! e O processo do Capitão Dreyfus*. Org. e Trad. Ricardo Lísias. São Paulo: Hedra, 2007.